



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ

# PRA~~XIS~~IS

ANO IX - Nº 88 - MARÇO/ABRIL 2016

**ASSEMBLEIA GERAL  
ORDINÁRIA**

**Dia 11/06 às 9h  
na sede do CRESS**

# CRISE

**E a classe trabalhadora é que vai pagar a conta?**

**Páginas 8 e 9**

**Especial 80 anos**

**Organização Sindical**

**Páginas 12 e 13**

**Política pública**

**Violência contra a mulher**

**Página 7**

**CRESS opina**

# Rio de Janeiro: crise para quem?

**N**o estado do Rio de Janeiro assistimos, nos últimos meses, a duríssimos ataques do governo Pezão-Dornelles aos direitos dos servidores estaduais e da população usuária de serviços públicos. O governo apresenta, como motivação, a necessidade de “cortar despesas” devido à queda na arrecadação, fruto da combinação entre retração de receitas provenientes de royalties do petróleo e do ICMS.

A primeira medida no sentido do “corte nas despesas” foi, ainda em 2015, o não-reajuste de importantes categorias de servidores, seguida pelo parcelamento dos salários acompanhado de pedidos de “paciência” aos assalariados – que, por mais pacientes que sejam, lamentavelmente não contam com a mesma paciência da parte dos supermercados onde fazem compras, das empresas às quais devem pagar os serviços de eletricidade e gás, dos senhorios aos quais pagam seus aluguéis...

Seguiram-se a isso o fechamento de hospitais e a crise nas escolas estaduais do ensino fundamental, assim como na principal universidade estadual, a UERJ – que, à beira do colapso, mergulhou em greve numa decisiva tentativa de resistir ao sucateamento e à inviabilização prática das condições de trabalho de seus funcionários, especialmente dos terceirizados. Esses desdobramentos demonstram que, como afirmado reiteradamente pelos movimentos grevistas, a decisão do governo em cortar gastos em políticas sociais não atinge apenas os servidores públicos: ela tem rebatimentos diretos sobre o usuário dos

serviços, justamente aquele que deles necessita para a garantia de seus direitos.

O governo chegou a suspender o pagamento a aposentados e pensionistas – o que a corajosa ocupação do prédio da Secretaria Estadual de Fazenda por estudantes e servidores estaduais conseguiu reverter. Esse mesmo caminho de rechaço ao desmonte das políticas sociais materializou-se no movimento de ocupação a dezenas de escolas no estado, combinando a demanda por melhores condições de ensino-aprendizado e permanência à luta pelo respeito às condições de trabalho, aos salários e aos direitos dos trabalhadores, sem os quais a estrutura física da escola não ganha vida e não serve para educar. O movimento de ocupação recolocou, na prática, uma boa pergunta: de que adiantam paredes, quadras e quadros, se não há merendeiras, inspetores, porteiros e professores em condições de trabalhar?

O questionamento ganha ainda mais pertinência quando constatamos que o problema na base da atual situação de crise nas contas do estado não é a momentânea queda de arrecadação. Ela foi apenas o detonador. A crise é determinada, especialmente, por três fatores que pouco ou nada têm a ver com aquele outro, a saber: primeiro, a decisão política de realização de grandes eventos esportivos de porte mundial, como a Copa e as Olimpíadas, com o aumento de investimento público que isso exige; segundo, e diretamente relacionado ao anterior, a renúncia fiscal do governo do estado no valor de cerca de R\$ 140 bilhões em cinco anos, valor esse que corresponderia a vários anos de pagamento continuado e sem problemas da folha salarial; terceiro, a decisão, também ela política,



de priorizar o pagamento dos juros e rolagem da dívida pública ao invés dos salários dos servidores, do investimento na conservação e aperfeiçoamento do equipamento público e da garantia de serviços de boa qualidade.

O gritante contraste, entre, de um lado, tanta generosidade com empresariado e credores da dívida pública do Rio de Janeiro, e, de outro lado, tamanhos descaso e dureza no tratamento com os servidores e trabalhadores usuários do equipamento público, aponta para o aumento da polarização social em nosso estado no próximo período. Nesse cenário, o projeto ético-político do Serviço Social deve ser a bússola que indica o lado em que devemos nos posicionar.

**PRAXIS NO FEMININO:** No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

**PRAXIS**

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 86 - Novembro/Dezembro 2015**

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: [diretoria@cressrj.org.br](mailto:diretoria@cressrj.org.br)

[www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

**Presidente:** Rodrigo Silva Lima

**Vice-presidente:** Denise Nicacio Pereira

**1º Secretário:** Carlos Felipe Nunes Moreira

**2º Secretária:** Márcia Denise de Canena

**1ª Tesoureira:** Carolina Cruz da Silva

**2ª Tesoureira:** Mônica Simone Pereira Olivar

**Conselho Fiscal:** Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto

**Suplentes:** Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glícia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodrê de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

**Comissão de Comunicação e Cultura:** Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins, Victor Neves, Célio Albuquerque, Rafael Lopes

**Seccional Campos dos Goytacazes**

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

**Coordenadora:** Liliâne Cardoso d'Almeida

**Secretário:** Jonis M. S. Felipe

**Tesoureira:** Eliana Ferez

**Suplentes:** Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

**Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda**

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

**Coordenadora:** Suellen das Chagas Bitencourt

**Tesoureira:** Paula Almeida Pereira

**Secretária:** Débora Tavares Rodrigues

**Suplentes:** Fabiela Salvador da Costa

**Jornalistas responsáveis:** Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

**Estagiária de comunicação:** Carolina Rodrigues

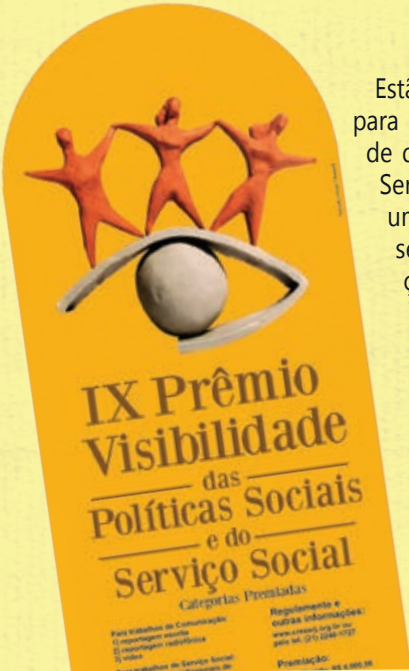
**Projeto gráfico, diagramação e ilustrações:** Carlos D

**Impressão:** Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.000 exemplares - **Data de impressão:** 11/05/2016



Notas

**IX Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social 2016**



Estão abertas as inscrições para o IX "Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social". O evento é uma promoção do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região/RJ. Visa premiar trabalhos de comunicação e áreas afins, bem como experiências profissionais de assistentes sociais, que contribuam para uma visibilidade do que sejam políticas sociais e Serviço Social na perspectiva defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS.

As inscrições se encerram em 1º de julho. Há premiações em dinheiro para os três primeiros colocados de cada categoria. Confira o edital completo através do site [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)



**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região convoca assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 11 de junho de 2016 (sábado), às 9h em 1ª convocação e às 9h30 em última convocação, na sede do CRESS, à Rua México, nº 41/1204, Centro, RJ. Terão direito a voto profissionais em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do CRESS até o ano de 2015. Pauta: debates e aprovação da delegação do CRESS-RJ com vistas ao 45º Encontro Nacional CFESS/CRESS; informes.

RODRIGO SILVA LIMA / CRESS 13948  
Presidente do CRESS – 7ª Região

**Registro e anuidade**

**80 anos do Serviço Social**

No dia 15 de maio comemora-se o dia da Assistente Social. Historicamente o CRESS-RJ realiza, durante todo o mês, e em diversos municípios, uma série de atividades para comemorar essa importante data. Tendo como tema, em 2016, os "80 anos do Serviço Social no Brasil", são realizados minicursos, oficinas e seminários estaduais que visam contribuir com o debate e a reflexão sobre a profissão e o exercício profissional de assistentes sociais. Com isso, são abordadas questões como o sigilo, instrumentos, organização política etc, sempre dialogando com diferentes campos de atuação profissional.

Em 2016 acontecerá também o II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, onde serão apresentados trabalhos de profissionais, pesquisadores e estudantes.

A realização dessas atividades só é possível devido à arrecadação feita através das anuidades pagas a este Conselho Profissional. Pagar as anuidades representa apoiar as ações políticas do CRESS-RJ, contribuir com a qualidade do serviço prestado ao usuário e com a reflexão crítica do exercício profissional de assistentes sociais.

Para se informar sobre o pagamento das anuidades basta contatar o CRESS no número 3147-8772 ou pelo e-mail [registroeanuidade1@cressrj.org.br](mailto:registroeanuidade1@cressrj.org.br)

**A defesa de nossa profissão só se faz com a luta coletiva. Participe do seu Conselho e de algum sindicato. A organização política da categoria é um grande passo na direção da garantia de direitos.**

## Exercício profissional

# Sub-registro: uma demanda para o Serviço Social

**D**e acordo com informações do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil foram contabilizados cerca de 600 mil crianças sem certidão de nascimento. O estado do Rio de Janeiro registrou aproximadamente 28 mil notificações de sub-registro no mesmo período. Apesar dos números elevados, o documento do IBGE revela que a situação em cada unidade federativa pode ser ainda pior. Felizmente, a cada ano esses dados sofrem queda.

Em setembro de 2014, a parceria entre as assistentes sociais Cristiane Drillard (do Hospital Pedro Alcântara - HPA) e Luciana Silva de Sá Henriques (da Associação Espírita Obreiros do Bem- AEOB), instituição mantenedora do HPA, se depararam com essa realidade ao iniciar o trabalho com 61 mulheres com transtornos mentais internadas na unidade. "A nossa inserção aqui se dá praticamente juntas. A Cristiane veio para cobrir férias e permaneceu na instituição compondo a equipe multidisciplinar e eu vim para compor o projeto da Associação [AEOB]. A proposta do núcleo de assistência social é dar apoio ao trabalho da equipe de Serviço Social do HPA. No entanto, quando chegamos aqui percebemos que o trabalho não estava sistematizado na unidade, nem tão pouco existia projeto de intervenção. Chegamos aqui e construímos o caminho a partir do zero", relembra Luciana.

A partir desse ponto, as assistentes sociais buscaram construir informações sobre a história das 61 mulheres internadas na instituição.

"Nesse momento começamos a construir algumas frentes: quem tinha família, quais eram os documentos das usuárias e há quanto tempo estavam internadas. Em um primeiro momento, isso nos serviu de norte para demandarmos qual caminho estaríamos percorrendo com esse trabalho. Durante essa etapa



**"Começamos a buscar os caminhos fora dos muros da instituição"**

**Luciana Henriques**

encontramos 17 mulheres sem qualquer tipo de documentação, ou seja, sem existência oficial", relata Cristiane.

### **Sem identificação civil, direitos restritos**

Logo surgiu a indagação sobre o que fazer com as informações apuradas. Para as assistentes sociais uma das etapas importantes desse processo foi o encontro com uma colega de profissão que já acompanhava a instituição através de outro órgão. Assim, no final de 2014, Andreia Pequeno fez o convite para que ambas participassem do Grupo de Trabalho (GT) Pessoa Idosa com Transtorno Mental, no Tribunal de Justiça. Ali iniciava a articulação com outros órgãos na busca da retirada de documentação gratuita para as usuárias.

"Por se tratar de uma instituição filantrópica sabíamos que para acessar a solicitação de documentação não seria nada fácil. Como vamos tirar esses documentos? Porque sem documentação, não há como acessar diversos benefícios. A partir desses espaços de discussões passamos a encontrar os caminhos para garantir a gratuidade na retirada da certidão de nascimento", relembra Luciana.

Cristiane comenta que o primeiro contato com órgão público não terminou com êxito.

"E quando não tivemos a primeira resposta, entramos em contato com outra instituição, mas obtivemos a resposta de que não haveria vaga para retirada de documentos com gratuidade. Sentamos e pensamos: o que fazemos?"

"No GT, percebemos que existiam outras instituições no mesmo caminho, à procura de documentação para seus usuários. Começamos a frequentar outros grupos de trabalhos dentro da temática de saúde mental e abrir novas possibilidades. Dentro desses espaços de debates descobrimos pessoas e construímos diálogos, um caminho para rede", acrescentou Cristiane.

### **Apesar das dificuldades**

Enquanto as frentes de trabalho eram abertas, Cristiane e Luciana construíram um banco de dados com fotos das usuárias e o mapeamento com as informações colhidas. Quando uma mulher é transferida para a instituição nem sempre aquele nome que ela entra na unidade é o seu nome de registro.

"Com a lista que fizemos realizamos uma parceria com a Delegacia de Descoberta de



Paradeiros. Na ocasião levamos um nome para entender como funcionava o acesso às informações. Acharmos, através do sistema da delegacia, um possível familiar envolvido numa ocorrência de acidente de trânsito. Ali acabávamos de encontrar uma possível referência familiar de uma usuária que estava há quase três anos sem receber visita. Ela já vinha de um processo de transinstitucionalização de outra clínica. Nesse momento nossos olhos brilharam e dissemos: estamos no caminho! A partir daí colocamos cada mulher na planilha considerando sempre a história dela. O Serviço Social passou a ter parceiros e uma rotina de trabalho, sistematizando o cotidiano do nosso trabalho”, detalha Luciana.

O Detran, através do serviço de papiloscopia, também foi um importante parceiro na construção do projeto desenvolvido pelas assistentes sociais. “O sistema mostra se a pessoa tem qualquer tipo de documento: identidade, certidão de nascimento, o livro, a folha e até o endereço. Também descobrimos a possibilidade da gratuidade nos cartórios. Em todas as parcerias, visitamos e formalizamos todos os trâmites”, afirma Cristiane.

#### A solidificação do trabalho

“O GT de documentação foi um lugar importantíssimo porque percebemos que era preciso construir uma rede através do espaço em que estávamos. Começamos a buscar os

**“No GT,  
percebemos que  
existiam outras  
instituições no  
mesmo caminho”**

**Cristiane Drillard**



caminhos fora dos muros da instituição. Foram seis meses para fixar uma rotina do Serviço Social. Estamos falando de mulheres, de pessoas que em algum momento precisamos situar dentro da área programática para que tivessem acesso aos serviços de outros lugares. Quando nós estávamos lá fora, estávamos falando sobre a Joana, a Severina, a Maria. Essa mulher tem nome, não é um prontuário, um número. Elas têm rosto, sentimentos, desejos”, dispara Luciana.

De acordo com as assistentes sociais,

dentro do HPA o trabalho desenvolvido começou a chamar a atenção das usuárias.

“Quando elas descobrem que o Serviço Social começa a dar respostas às demandas, chega uma enxurrada de demandas das próprias usuárias. Ao final de 2015, tínhamos o acompanhamento de 15 usuárias, desde retirada de documentos, retorno familiar, residência terapêutica. Durante um ano foram várias intervenções, visitas domiciliares, telegramas, ou seja, os dispositivos possíveis. Conseguimos que 11 mulheres retornassem ao convívio familiar. Dentre elas uma mulher que ficou institucionalizada no HPA por 14 anos que retornou para sua família e é acompanhada pelo CAPS” concluem.

## CRESS no Comitê de Sub-registro

O Comitê Estadual de Combate ao Sub-registro Civil e Acesso Ampliado à Documentação Básica, ligado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, reúne diversas entidades, governamentais e não-governamentais, para pensar políticas públicas e ações de enfrentamento ao sub-registro civil (fenômeno que acomete grande parte da população infanto-juvenil, idosa e adulta, em especial pessoas com transtorno mental, população carcerária ou em situação de rua). Atualmente o CRESS é representado no Comitê pela assistente social de base Ujara Silva.

Alguns segmentos populacionais, como vítimas de desastres socioambientais, população em situação de rua, crianças e adolescentes em entidades de acolhimento, adultos privados de liberdade e internos de instituições psiquiátricas e de instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) são alguns dos principais alvos de preocupações deste Comitê.



## Seccionais



**Campos dos Goytacazes**

### Ética e exercício profissional

**A** situação político-financeira que atinge o estado do Rio de Janeiro tem refletido negativamente nas relações de trabalho. A seccional de Campos dos Goytacazes vem enfrentando esse contexto:

“Neste cenário, diversas questões com novas roupagens chegam à seccional de Campos referentes à autonomia profissional, sigilo, relações com assistentes sociais e com outros profissionais. O conteúdo e o trato dessas questões envolvem invariavelmente a defesa do projeto profissional. O projeto ético-político do Serviço Social precisa cada vez mais se expressar no campo da intervenção cotidiana. As escolhas que fazemos, sejam ou não em períodos de ‘crise’, precisam ter como norte principal o nosso Código de Ética”, alerta Eliana Feres, diretora da seccional.

De acordo com Eliana, a seccional vem buscando ampliar os debates, através da reflexão coletiva, sobre o exercício profissional de assistentes sociais pautado em valores éticos.

“São múltiplos os aspectos que envolvem a necessidade de discutirmos com a categoria como os princípios e diretrizes do Código de Ética vêm ou não se materializando no exercício profissional. Principalmente na questão do sigilo que é, ao mesmo tempo, um dever e um direito”, acrescenta.

Diversas requisições institucionais têm, cada vez mais, buscado flexibilizar as fronteiras entre diferentes profissões. Equipes multiprofissionais em áreas distintas têm sido orientadas a utilizarem instrumentos de registro em comum, como prontuários únicos, na saúde e na assistência social, e o Plano Individual de Atendimento (PIA), no campo socioeducativo. E isso tem trazido problemas.

“Cabe a assistente social avaliar quais informações podem constar nos documentos que venham a ser disponibilizados a outros profissionais ou instituições. Registro multiprofissional é uma coisa, mas parecer cada área deve elaborar e assinar a sua. Por isso identificamos a necessidade da seccional de continuar investindo na discussão sobre instrumentos e técnicas em Serviço Social, pautado na unidade entre as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. O constante aprimoramento intelectual é um compromisso ético de assistentes sociais. O CRESS contribui neste sentido, mas a categoria precisa pautar e ocupar outros espaços, como as universidades, por exemplo”, finaliza Eliana.



**Volta Redonda**

### Apoio às ocupações de estudantes secundaristas

**A**s ocupações de escolas estaduais do Rio de Janeiro chegou a região sul fluminense. Atualmente, pelo menos seis unidades de ensino estão sob o controle de estudantes secundaristas. Atenta a movimentação, a seccional de Volta Redonda está à disposição para contribuir com o movimento.

“Fomos a algumas ocupações. Aproveitamos o espaço para divulgar a nossa profissão, orientar sobre nossos deveres e vedações em relação ao exercício profissional e nos colocamos à disposição para futuras conversas. Falamos também sobre diferentes assuntos ligados ao exercício profissional de assistentes sociais e o nosso entendimento sobre educação ampliada, movimento social, gênero, família, direitos sociais entre outros. É importante ressaltar que é uma área ocupacional importante para o Serviço Social”, afirmou Suellen Bittencourt, coordenadora da seccional.

Ainda de acordo com Suellen, as principais reivindicações dos alunos são saneamento básico (escolas com esgoto a céu aberto, entulho, mato, focos de dengue e ratos), eleições para os cargos de direção (participação dos alunos e professores), número de alunos por sala de aula reduzido para melhor dinâmica pedagógica, contratação de professores e discussão de gênero. Os estudantes também pedem a utilização de nome social, criação do grêmio estudantil, melhor utilização dos espaços da escola (sala de informática, auditórios, pátios), entre outras.

“A Defensoria Pública, Ministério Público e o SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação) têm realizado reuniões com os estudantes para pensar em táticas”, relata.

A alínea b do artigo 12 do Código de Ética Profissional destaca o direito de assistentes sociais em “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. Nesse sentido, Suellen conclui que a seccional compreende ser não somente legítima a ocupação dos estudantes, mas também um compromisso ético de assistentes sociais com relação ao apoio a esse movimento.





## Gênero

# Muito além da agressão física

**A** violência de gênero consiste em atos de ameaça, coerção, força, palavras que ferem e magoam, assédio sexual, entre outras ações que afligem as mulheres gerando medo, terror nos espaços domésticos, no âmbito da família, das relações amorosas, no trabalho etc.

A assistente social e coordenadora da comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS), Glicia Nick, chama à atenção para dominação simbólica, para formas de organização das mentalidades, do pensamento coletivo que corroboram para naturalização da violência de gênero, cometidas contra as mulheres na sociedade patriarcal em que vivemos.

“Na França e no Brasil atenuavam os assassinados de mulheres por seus parceiros, os chamados crimes em defesa da honra do homem, assim como frases de ícones culturais e sociais, tais como: ‘Toda mulher normal gosta de apanhar. As neuróticas reclamam’, proferidas por um dos nossos maiores dramaturgos, Nelson Rodrigues; ‘Um tapinha não dói’, refrão de uma música de sucesso popular; ‘Quem nunca se descontrolou e saiu no tapa com uma mulher’, declaração feita aos jornais pelo ex-goleiro Bruno que contribuem para naturalização da violência física. Ou seja, torná-la como prática ‘normal’ e aceitável nas relações afetivo-amorosas em todas as classes sociais”, contextualiza Glicia.

A assistente social ressalta a luta dos movimentos feministas para se desconstruir estas visões como algo da esfera privada, algo intocável, onde “ninguém deve meter a colher”, chamando a atenção para a necessidade de um enfrentamento público destas práticas. Práticas reveladoras de uma assimetria de poder entre homens e mulheres, expressão de uma dominação masculina, legitimada histórica e socialmente.

Ela ressalta, também, a importância de superar a visão do senso comum que reduz o problema apenas à violência física, lembrando dos efeitos nocivos para as mulheres da violência psicológica (que pode levar ao suicídio), da violência moral e patrimonial, esclarecendo que um dos avanços da Lei Maria da Penha foi, ao tipificá-las, contribuir para sua visibilização e compreensão da dinâmica da violência.

### A organização social

Em linhas gerais, o patriarcado se



**“Assistentes sociais  
devem ter atenção às  
diversas modalidades  
da violência”**

**Glicia Nick**

caracteriza por ser um sistema político, social, econômico e cultural que gera um estado de subalternização e discriminação da mulher, baseado na crença da superioridade masculina.

O patriarcado e o capitalismo são formas de organização social baseadas na dominação e na desigualdade social, o que atinge diretamente as mulheres: “O encontro entre o patriarcado e a ascensão da burguesia como classe dominante vai estabelecer um lugar para a mulher, fundado na divisão sexual e social trabalho. Por isso é fundamental o questionamento da ordem capitalista quando a discussão envolve a mulher”, afirma.

### A violência contra a mulher e o Serviço Social

Em boa parte dos espaços sócio-ocupacionais, as mulheres representam grande parte da população atendida pelo Serviço Social. Da mesma forma, temos uma categoria profissional majoritariamente formada por mulheres, em que muitas estão passíveis de vivenciar situações de violência. Portanto, reconhecer, no cotidiano do atendimento à população usuária, as situações de violência de gênero contra a mulher é tarefa fundamental de assistentes sociais no enfrentamento dessa forma de violação de direitos.

A Lei Maria da Penha, e outros dispositivos legais, são conquistas das lutas políticas que os movimentos feministas construíram ao longo de séculos de história, contra a exploração e subalternização das mulheres. Medidas de proteção, construídas e refletidas em conjunto com as usuárias, respeitando suas escolhas, devem ser mobilizadas de modo a fazer valer o direito das mulheres a viverem suas vidas como cidadãs, e não como vítimas de violência.

Para isso, não naturalizar as diversas situações de violência contra a mulher é o principal passo para um exercício profissional comprometido com os direitos humanos: “Assistentes sociais devem ter atenção às diversas modalidades da violência, lembrando que as travestis e mulheres transexuais, também, estão suscetíveis à violência de gênero. Destaco que o nosso Código de Ética Profissional tem como princípio fundamental a defesa intransigente dos direitos humanos e opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, gênero e etnia”. Glicia salienta ainda como fundamental o engajamento masculino na luta contra a violência de gênero, a exemplo da “Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher”.

## Situação alarmante

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupava, em 2013, a 5ª posição mundial na prática do feminicídio. Com números quase 50 vezes maior do que a do Reino Unido e mais de 20 vezes superior aos dados de outros países europeus. Já o Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) mostra que, em 2015, os crimes de ameaça (57.258 ocorrências), lesão corporal dolosa (56.031) e estupro (4.725) estão no topo da lista de crimes mais denunciados contra a mulher.

Em recente publicação, o “CRESS Opina” abordou o tema da violência contra a mulher. Acesse em: <http://www.cressrj.org.br/site/destaques/cress-opina-violencia-contra-a-mulher/>

# Quem paga pela crise?

**H**ospitais estaduais em estado de emergência, servidores sem salários, cortes em programas sociais, parcelamento de pagamento de funcionários do estado, escolas estaduais em péssimo estado. A justificativa do governo do estado é o que eles chamam de crise econômica.

A atual situação político-econômica do estado do Rio de Janeiro não é um processo que foi construído de uma hora para outra. Essa história remonta aos anos de 1990 com a privatização das principais concessionárias públicas. O acirramento dessa situação se dá com o anúncio da realização dos megaeventos esportivos: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em agosto deste ano.

Para o diretor do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação do Rio (SEPE), Caio Andrade, se hoje o Rio de Janeiro passa por uma escalada de prejuízos nos cofres públicos, com evidente revés para a classe trabalhadora, não se deve deixar de lembrar que a burguesia continua lucrando neste cenário. Caio ressalta a tentativa de manipulação por parte dos grandes meios de comunicação que buscam afirmar o tempo todo que o prejuízo é toda a sociedade.

"O PMDB está há muito tempo à frente do governo do Estado e da prefeitura do Rio. Esse partido vem fazendo de suas gestões verdadeiras vitrines de um processo de mercantilização, sobretudo com os megaeventos. Já existia uma linha política que caminhava nessa direção, mas a intensificação se dá nesse momento. Por exemplo, a especulação imobiliária tem peso decisivo no destino dos investimentos do setor público. Basta observar que esses investimentos estão voltados para atender a lógica das grandes empresas e não à população. Isso também fica evidente com as UPPs, que não são um projeto de segurança pública, mas a criação de um 'corredor turístico' ", analisa o professor de Geografia da rede estadual do ensino médio.

Ainda de acordo com Caio, ao pensar especificamente a questão da dívida



**"A nossa única saída é a luta coletiva, sair para o enfrentamento"**

**Elaine Behring**

estadual não se pode acreditar que ela foi contraída agora. Em tese, o endividamento começou quando a economia vinha bem. O governo apostou numa jogada de risco: contar que o cenário econômico de anos atrás poderia se manter, mas com a certeza de que se o cenário não se mantivesse quem pagaria pela crise seria a classe trabalhadora.

"Existem outros elementos que também temos que levar em consideração. Um deles são os níveis de isenções fiscais adotadas praticamente como política de estado. Esse ano o estado deixará de arrecadar mais de 6 bilhões de reais por conta de renúncias fiscais de grandes empresas. Ano que vem, 7 bilhões. Esse valor pode significar algo em torno de 1/3 do orçamento do estado. Um volume dessa ordem não poderia deixar de ser arrecadado", dispara.

## **Petróleo**

Outro ponto chave na análise dos pilares da chamada "crise" é a produção do petróleo.

Um dos principais fatores que contribuiu para retomada do protagonismo do Rio de Janeiro no cenário econômico e político nacional foi a descoberta e exploração de petróleo na bacia de Campos, a partir dos anos 1980.

Elaine Behring, assistente social e professora da UERJ, apresenta informações a partir do trabalho do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS) para ilustrar essa realidade.

"A queda de arrecadação dos royalties caiu 37% em 2015 e do ICMS 9%. Do total do PIB estadual, 30% é oriundo do setor de petróleo e gás. No entanto, existe um detalhe importante: os royalties, do ponto de vista da lei, devem ser utilizados para investimentos. É vetada a utilização destes recursos para o pagamento de dívida e de quadro permanente de pessoal e aposentadoria. Os royalties por concepção é um *plus*, não pode ser fonte de recursos", explica.

**A isenção de imposto: um argumento falacioso**





## “O estado deixará de arrecadar mais de 6 bilhões de renúncias fiscais”

**Caio Andrade**

Ainda de acordo com análise da Elaine Behring, o estado “quer ser carrasco para os trabalhadores e pobres, mas quer ser uma mãe para os ricos”. Estudos do GOPSS apontam que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) levantou que, entre 2008 e 2013, o estado do Rio renunciou a 138,6 bilhões de reais em impostos de grandes empresas.

O argumento defendido pelos governantes é a oferta de empregos. Sem a isenção fiscal para as empresas, elas levariam essas vagas de trabalho para outro território. “Dizem que isso contrabalança com a geração de empregos. O resultado geral é, na verdade, um impacto terrível na vida dos trabalhadores do estado”, alerta.

Caio Andrade afirma que essa tese é uma “meia verdade”.

“É um discurso cínico, mas que no fundo ele reflete certo grau da realidade que se naturaliza. E é que está o problema: a chamada ‘guerra entre estados’. Isso ocorre pela capacidade do capital globalizado que permite inclusive chantagear setores públicos com esse tipo de argumento. Uma verdadeira barganha, na qual grandes empresas têm diante delas um cardápio para escolher qual estado vai dar mais benefícios fiscais”, revela.

### Perspectivas para a classe trabalhadora

“Primeiro que o momento é de muita luta e os trabalhadores estão lutando. Temos o esgotamento do projeto do lulismo e, no caso do Rio, aliado ao PMDB. Essa ‘democracia de cooptação’ mostrou seus limites para a classe trabalhadora. A nossa única saída é a luta coletiva, sair para o enfrentamento. A luta de classes não tira férias. Isso obriga as forças de esquerda a se organizarem, comunicarem e a se colocarem no cenário com uma nova qualidade. É urgente a construção de uma frente de esquerda. E novos e importantes passos já foram dados neste sentido”, reflete Elaine Behring.

### O Serviço Social

Na ponta, a crise chega como um tsunami nos serviços básicos como saúde, com o fechamento de diversas unidades hospitalares da rede estadual, e educação, por exemplo. Até o fechamento desta edição, 33 categorias profissionais estavam em greve ou em estado de greve. Ou seja, para assistentes sociais essa realidade

impacta de duas formas em nossa categoria. A primeira com a redução de investimento público em políticas sociais (como o “Rio Sem Homofobia” que chegou a ter o funcionamento suspenso no início deste ano). A outra na nossa condição de trabalhadores assalariados, já que historicamente o estado é o maior empregador de profissionais de Serviço Social.

“Do ponto de vista material, a categoria é profundamente atingida na operação de seu trabalho, considerando que a maioria trabalha no setor público, especialmente na política de assistência social e saúde. Isso é um impacto importante, mas precisamos evitar cair no desalento. O caminho é a organização coletiva. As assistentes sociais estão desafiadas a participarem de organizações coletivas, do Conjunto CFESS/CRESS e de sindicatos. O momento é de buscar o coletivo e apontar saídas reais. O Conjunto; o sindicalismo comprometido, autônomo e combativo e outros movimentos sociais. É aí que vamos buscar as forças para resistirmos nesse momento”, finaliza Elaine.



# Pergunte à COFI

## Visitas de fiscalização

**Sou assistente social, trabalho num equipamento da Política de Habitação e recebi a visita de fiscalização do CRESS. Gostaria de saber se assistentes sociais têm de ser fiscalizadas e quem pode fiscalizar o nosso trabalho?**

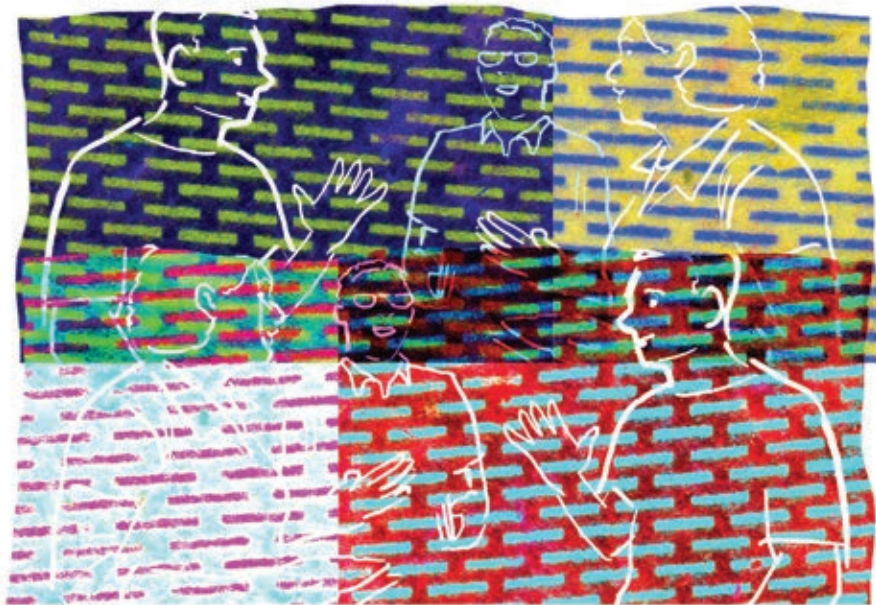
Sim. Por ser o Serviço Social uma profissão regulamentada por lei (nº. 8662/93), a categoria está submetida à fiscalização do exercício profissional. Segundo a referida lei, os CRESS são as instâncias responsáveis por realizar esta fiscalização, em defesa da profissão e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários. Esclarecemos que a fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais deve ser realizada somente por agentes fiscais (que são assistentes sociais) e/ou por conselheiros do CRESS, estes fiscais natos. E as fiscalizações abrangem também pessoas jurídicas que prestam serviços específicos do Serviço Social.

**Para realizar visitas de fiscalização a COFI deve comunicar previamente às instituições e/ou às assistentes sociais?**

Como órgão fiscalizador, não é necessário prévio agendamento das visitas pelo CRESS, na figura da COFI. Ressalta-se que a COFI não fiscaliza a instituição como um todo, mas especificamente o exercício profissional de assistentes sociais.

**A visita resultou na notificação da instituição. A COFI pode notificar irregularidades?**

A fiscalização é realizada com base na Política Nacional de Fiscalização (PNF), instituída pela Resolução CFESS nº 512/07. Ela dispõe sobre as normas gerais do exercício da fiscalização profissional em âmbito nacional. A COFI realiza notificações a partir da constatação de irregularidades identificadas nas visitas e as suas notificações ocorrem somente



quando têm fundamento legal, a partir das normativas profissionais.

**E como devo proceder em caso de receber uma notificação da COFI?**

Sempre que realiza uma notificação, a COFI determina um prazo para a regularização da situação apresentada. A instituição deve responder, dentro do período indicado, os encaminhamentos adotados para adequação das irregularidades.

**A COFI poderá realizar a visita se não houver assistente social no momento na instituição?**

Se for uma instituição que tenha assistentes sociais em seu quadro de pessoal ou tenha a obrigatoriedade em ter, a COFI deve realizar a visita e acessar o material técnico e material técnico-sigiloso de Serviço Social, além de verificar as condições éticas e técnicas do trabalho. Sendo identificadas irregularidades, será lavrado o Termo de Visita de Fiscalização e entregue ao responsável pela instituição e, posteriormente, a assistente social poderá ser convocada para prestar esclarecimentos.

**Com que frequência a COFI realiza visitas**

**de fiscalização?**

As visitas de fiscalização são uma das formas de atuação da COFI. Podem ocorrer como ação preventiva, para averiguar possíveis irregularidades ou como parte do "Projeto de Visitas Programadas". Nestas últimas, a COFI aplica um questionário junto às assistentes sociais para conhecer o exercício profissional em uma determinada política, previamente selecionada. Após visitar todos os equipamentos daquela política é realizado um evento para devolução das informações coletadas e propostas de encaminhamento.

**Como faço para que a COFI visite o meu local de trabalho?**

Identificado pela assistente social que em seu local de trabalho há questões que ferem as normativas profissionais (Lei 8.662/93, Código de Ética Profissional e/ou Resoluções CFESS) deve, em primeiro lugar, comunicar ao empregador. Persistindo as questões sem previsão de adequação, cabe à profissional ou à equipe de assistentes sociais comunicar ao CRESS para que o Conselho intervenha.



# Estágio irregular e cassação de diploma

O estágio é o período onde estudantes articulam a teoria e o exercício profissional de forma muito particular. Por ser disciplina e etapa obrigatória, o estágio possui legislação específica, que sem a observância da norma pode acarretar em muitos problemas, inclusive a cassação do diploma.

Por esse motivo, existe a Lei Federal 11.788/08 cujo teor dispõe sobre a regulação de estágio em território nacional. Em nossa profissão temos também a Resolução CFESS 533/08, que versa sobre a supervisão de estágio em Serviço Social, em consonância com a legislação a nacional. Tal resolução é um dos instrumentos que estabelece parâmetros com vistas a uma experiência de estágio no qual estudantes, supervisores de campo e supervisores acadêmicos tenham a possibilidade de realizarem o estágio com a qualidade necessária.

De acordo com a assistente social e agente fiscal Nizia Maria Vieira, a articulação entre discente e supervisores de campo e acadêmico é fundamental para a consolidação desse processo. A COFI tem verificado algumas irregularidades nessa área, como por exemplo informações falsas sobre o campo de estágio passado por graduandos, inclusive uso de registro profissional inexistente e invenção de carga horária de estágio. Também foi encontrada a falta de supervisão de campo adequada, com profissionais responsáveis pela orientação de 11 alunos. Enquanto a resolução 533 afirma que cada profissional só pode ter um estagiário a cada 10 horas semanais. Ou seja, quem cumpre 30 horas semanais pode ter no máximo três supervisionados.

“É importante lembrar que a Resolução 533 foi construída a partir de um amplo debate na categoria e as entidades representativas: CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. A COFI não está desmerecendo e nem dissociando a precarização do estágio com a precarização do mundo do trabalho. Sabemos que as assistentes sociais têm condições adversas e sofrem com a atual flexibilização das relações de trabalho. Mas isso não pode ser justificativa para negligenciar a supervisão de estágio”, afirma Nizia.

A violação às normas legais estabelecidas pode acarretar em sanções, como representação do CRESS junto ao MEC com



**“A violação às normas legais pode acarretar em sanções, com pedido de cancelamento ou anulação do estágio”**

pedido de cancelamento ou anulação do estágio, com multa a todos os envolvidos. E outras sanções que não são do âmbito do CRESS, como a possibilidade de responder na justiça civil e criminalmente. Em consequência a essa medida, o diploma pode sim ser cassado. Além de multa por exercício ilegal

da profissão (Resolução CFESS 590/10), a assistente social pode responder a processo ético e/ou disciplinar.

“É uma questão de reflexão ético-política. As normativas aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS estão alinhadas ao projeto da profissão. E qual é o objetivo principal dessas normas? O exercício profissional de qualidade que passa por uma formação de qualidade. Ao final do processo de estágio, este graduado deve estar preparado para atuar no mercado de trabalho. Os supervisores de campo e acadêmico têm um papel extremamente relevante para a formação de futuros assistentes sociais. E a COFI está disponível para sanar as dúvidas seja do corpo discente, docente, da categoria e da sociedade em geral”, informa Marenilse Saturnino, assistente social e agente fiscal do CRESS-RJ.

Ao pensar essa questão, a assistente social e coordenadora da COFI, Eliane Assis, diz que o mercado descobriu que a graduação em Serviço Social é um curso de custo relativamente baixo, por não precisar de laboratórios e outros materiais técnicos. Por esse motivo, a oferta de graduação em Serviço Social teve um crescimento absurdo nos últimos anos, sobretudo com a modalidade de ensino a distância. No entanto, para garantir a promessa de diploma, as instituições estão lançando mão de respeitar às normativas que regem o estágio.

“As instituições de ensino superior têm dado muita atenção à inserção de profissionais no mercado, mais pela lógica da conquista de um diploma de nível superior do que pela qualidade no ensino. Como não existe suficiente oferta de campo de estágio para o número crescente de estudantes, as tentativas de driblar essa etapa acabam sendo corriqueiras. A aluna levada pela intenção de conquistar um diploma de nível superior, muitas vezes não enxerga o que está à frente. No entanto, independentemente das argumentações apresentadas, qualquer falha legal no processo de estágio configura em não formação profissional. E se por acaso alguém tenha conseguido se graduar desta forma, pode ser considerado exercício ilegal da profissão. É importante pensar que as normativas, bem como todo o projeto profissional, têm como objetivo garantir o exercício profissional de qualidade no atendimento à população usuária”, finaliza.



## Organização do Serviço Social

# A organização sindical de assistentes sociais

**Em comemoração aos 80 anos do surgimento do Serviço Social no Brasil, o Práxis abordará, no ano de 2016, uma série de reportagens sobre as principais formas de organização coletiva e política construída e vivenciada por assistentes sociais brasileiros. Falaremos sobre a organização sindical, o movimento estudantil, as entidades de formação, as formas internacionais de organização e, por fim, o Conjunto CFESS/CRESS. Essa será a contribuição do CRESS-RJ para que as novas gerações de assistentes sociais conheçam essa história e fortaleçam, no futuro próximo, o legado de organização coletiva que nossa profissão herdou de seus agentes.**

**A**o longo dos 80 anos do Serviço Social, diversas lutas foram travadas rumo a uma perspectiva crítica que se alinhasse com a luta da classe trabalhadora. A construção dos pilares da profissão passou por uma série de reformulações teóricas e práticas, e através de entidades que serviram duplamente tanto para a organização da categoria, quanto no acúmulo de conhecimento.

Uma das expressões mais significativas dessa relação é a organização de assistentes sociais em sindicatos. Percorrer esse caminho necessariamente nos leva a conjuntura política do Brasil. O final da década de 1970 marca o início do período de abertura democrática, após os duros anos da ditadura empresarial-militar. É nesse período também que se encontra o fortalecimento das lutas sociais. Com o surgimento, inclusive, do chamado novo sindicalismo.

“O modelo de acumulação e modernização capitalista, inaugurado pelo Estado autoritário a partir de 1964, impactou o conjunto da classe trabalhadora e produziu as condições para o amadurecimento político da categoria de assistentes sociais. O Congresso da Virada ocorrido em São Paulo, no ano de 1979, foi de fundamental importância para a mudança de rumo da profissão, pois marcou o início da hegemonia da perspectiva de intenção de ruptura. A identidade com um projeto classista de sociedade contribuiu para a configuração de um novo perfil profissional. A

formação e o trabalho de assistentes sociais impulsionaram a luta sindical e vice e versa”, historiciza a assistente social Isabella Motta, militante sindical da área da educação em Campos dos Goytacazes.

Ainda de acordo com Isabella, a partir desse novo momento da política brasileira, segmentos expressivos da categoria buscam o caminho da luta sindical.

“O contato com as demandas da classe trabalhadora, a conjuntura de arrocho salarial e o acirramento das desigualdades capitaneadas pelos governos autoritários, produziram uma radicalização dos movimentos sociais e, em especial, das assistentes sociais. Tal perspectiva, além de apontar para um projeto classista, também inaugurou um novo perfil profissional comprometido com o rompimento do tecnicismo e a burocratização da prática. O movimento sindical nos

deixa um legado, ainda em construção, de uma tomada de consciência forjada nas contradições do mundo do trabalho. Neste sentido, o nosso projeto profissional possui um valor estratégico, pois preconiza uma ética emancipadora”, explica.

### A criação da ANAS

No decorrer desse processo, em 1983 foi criada a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). A fundação desta entidade significou um momento especial na organização de profissionais de Serviço Social no movimento sindical. Nesse momento, assistentes sociais dão um importante passo na sua história: a de se reconhecer como trabalhadoras assalariadas, e portanto, parte da classe trabalhadora, apesar de sua origem e trajetória histórica estarem ligadas às classes dominantes.



**“É preciso  
se organizar,  
se mobilizar,  
unificar”**

**Moara Zanetti**



Os anos de 1980 são especiais por terem marcado as grandes mobilizações sociais da classe trabalhadora em todo o Brasil. A reivindicação por políticas públicas e direitos sociais são os motes das bandeiras da esquerda naquele momento. É no bojo da efervescência desse movimento que o Serviço Social está inserido.

Apesar dessa mudança, em 1986 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) orienta os quadros sindicais a se organizarem não mais por categoria, mas por ramo de atividade. A ideia inicial era fortalecer o trabalho de base junto aos trabalhadores, bem como o entendimento de que as lutas sindicais devem envolver a classe trabalhadora como um todo. Essa decisão foi determinante para que, em 1994, a ANAS fosse extinta.

### A década de 1990

Nos anos de 1990, o movimento sindical sofreu sérios ataques à sua organização em virtude da precarização das relações e condições de trabalho imposta pelo projeto neoliberal.

“Não podemos desconsiderar tais aspectos, ao abordarmos a organização política da categoria de assistentes sociais. No entanto, existem especificidades que devem ser observadas em nossa história de atuação política: desvalorização da centralidade do trabalho, ausência da história de organização sindical na formação, falta de identificação com as entidades sindicais, entre outras. Nesses 80 anos, o Serviço Social brasileiro ganhou um contorno progressista, sendo a consolidação do projeto ético-político profissional um marco histórico para uma inserção diferenciada no mundo do trabalho”, acredita Isabella.

### Questões atuais

A necessidade de fortalecimento da organização política da categoria, em especial a organização sindical, já vem sendo pautada há alguns anos pelo CRESS-RJ.

Atualmente, temos assistentes sociais organizados em sindicatos gerais, em sindicatos por ramo de atividade e também em sindicatos de assistentes sociais. Apesar da extinção da ANAS, alguns sindicatos da nossa categoria não foram fechados, outros foram reabertos ou criados, e até mesmo uma nova entidade nacional foi criada, a FENAS (Federação Nacional de Assistentes Sociais). Mas também ainda temos um número significativo de profissionais que não



**“O movimento sindical nos deixa um legado, ainda em construção”**

**Isabella Motta**

estão organizados em nenhuma entidade sindical.

Para a assistente social e conselheira Moara Zanetti, a urgência nesse momento se impõe por uma conjuntura extremamente desfavorável para os trabalhadores e suas conquistas históricas.

“Vivemos um momento caótico na política nacional. Há um generalizado e consolidado discurso de crise, que aponta para cortes de direitos, contrarreformas, flexibilização da legislação trabalhista, precarização de toda ordem, desemprego, privatizações etc. Tais ataques se tornam a justificativa para ‘única’ saída da crise. Pior: eles são, por vezes, legitimados e apoiados inclusive por parte da classe trabalhadora e de suas entidades representativas. Ou seja, essa conjuntura vem se constituindo como um momento crítico para os trabalhadores não apenas em relação a perdas de direitos, mas também no imaginário dos trabalhadores que passam a colocar em xeque suas próprias reivindicações históricas”, afirma.

Nesse momento, segue Moara, que é também militante de base do SindPetro, o cenário não é simples. E faz com que seja urgente o fortalecimento e a ampliação da nossa organização política, associada a uma cuidadosa análise de conjuntura. É necessário revigorar nossos debates acerca da lógica capitalista e dos mecanismos objetivos e subjetivos utilizados em momentos de crise do capital, desvelando o processo em curso no país e no mundo.

Esse momento aponta, especialmente, para a urgência das assistentes sociais se

apropriarem de espaços mais amplos de organização e de luta, que extrapolem o âmbito das demandas específicas do Serviço Social e que se configurem em espaços que realmente organizam as lutas da classe trabalhadora. “Na verdade, esse desafio se impõe com urgência para toda a esquerda. Em um quadro tão adverso, não temos tempo a perder! É preciso se organizar, se mobilizar, unificar! Quanto mais fragmentados, segmentados e desmobilizarmos estivermos, mais facilmente seremos atropelados e, certamente, maiores serão nossas perdas como trabalhadoras que somos e como profissionais que lidam cotidianamente com os trabalhadores”, aponta.

A história do Serviço Social revela: sindicalizar-se é fundamental. Mas isso só não basta. É necessário ocupar esses espaços, levando demandas próprias que envolvem assistentes sociais como trabalhadoras que são, mas também inserirem-se nas lutas da classe trabalhadora de um modo geral. E isso requer enfrentar as polêmicas políticas, construir pautas que façam avançar a resistência do conjunto dos trabalhadores diante dos inúmeros ataques que as classes e os segmentos dominantes vêm realizando. Os sindicatos são um patrimônio histórico construído pela classe trabalhadora, que devem ser ocupados por todos nós, incluindo assistentes sociais. Como disse Rosa Luxemburgo, “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”.

## Outras ações

### Fevereiro a Abril/2016

**Ato dos servidores estaduais do RJ** – o CRESS esteve presente na Alerj dias 3/2 e 3/3 e no Palácio Guanabara dia 15/3, na luta por saúde e educação de qualidade e melhores condições de trabalho.

**III Seminário Estadual de Serviço Social e Direitos Humanos** – no dia 19 fevereiro participou da mesa, com o Orlando Zaconné, 'Assistência social e repressão: uma equação possível?', na OAB.

**Reunião de articulação** - dia 24/2 com a equipe do INCA VI, em Vila Isabel, para tratar de atividades do mês de maio

**Operação e Plano Verão** - visita ao Gabinete do Vereador Jefferson Moura, para agendar a audiência com os representantes do Poder Público, no dia 29/2

**I Encontro Estadual de assistentes sociais da Previdência Social** - participou da mesa de abertura, no SINDISPREV, dia 05/3

**X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente** – em 16/3 palestrou junto com Maria Helena Zamora, no Rio de Janeiro.

**Roda de Conversa** - sobre a conjuntura estadual, com a diretoria do CRESS e as representações externas, no auditório do Conselho, dia 16/3.

**Universidade Veiga de Almeida** - dia 30/3 esteve presente na abertura do Simpósio comemorativo de 78 anos do Curso de Serviço Social da instituição.

**Tribuna Livre** - organizado pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz, em defesa da democracia e dos direitos sociais.

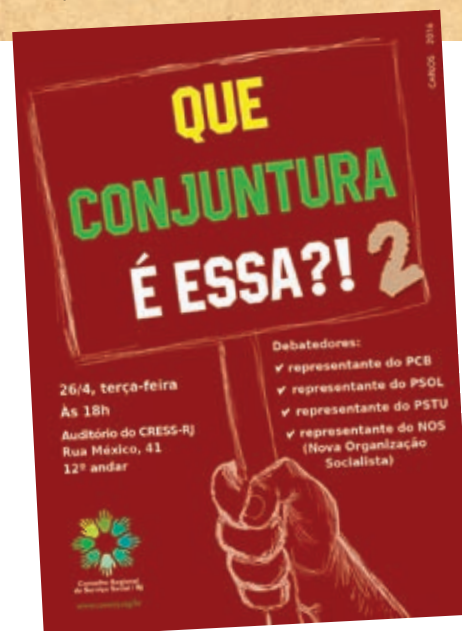


**Debate "Que Conjuntura é Essa?!"** – no dia 30/3, debate aberto a toda categoria para discutir a atual conjuntura atual, seus reflexos nas políticas sociais e formas de enfrentamento coletivo dos trabalhadores a esse quadro adverso.

**Instrumentos e técnicas e Serviço Social** – dia 19/02 participação como palestrante no colóquio realizado pela Coordenação de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social da UFRJ.

**Seminário Sigilo profissional e Serviço Social** - palestrou, em Porto Alegre/RS, durante seminário preparatório para o Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional que ocorrerá em outubro, em Cuiabá/MT, no dia 11/3.

**Encontro Estadual da COFI** - em 19/3 – organizado pelo CRESS/SP de 2016, esteve na mesa "O aspecto político da orientação e fiscalização do exercício profissional nos CRESS", em Santos/SP. O evento reuniu conselheiros, agentes fiscais, seccionais e assistentes sociais de base que compõem a COFI em todo o estado de São Paulo.



**Debate sobre "sigilo profissional" com assistentes sociais da Petrobrás, em Macaé** - atividade organizada pela seccional de Campos em conjunto com as profissionais, em 31/3.

**Reuniões com entidades de**



**representação de trabalhadores e estudantes para organização do Encontro Estadual de Educação-FEDEP** – A maioria das reuniões na sede do ANDES e alguma no SEPE. atas:15/03; 23/03; 29/03; 12/04.

**Dia Internacional da Mulher** - participação na caminhada no dia 08/3.

**Audiência Pública** - na ALERJ sobre a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) que debateu a situação dos programas desta pasta como o novo secretário, dia 10/3.

**Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde** 02 de fevereiro

**Reunião Extraordinária do CES** -

Discussão da Rede Própria de Saúde do Estado do RJ - Políticas de Recursos Humanos 16/2

**Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde** 01/3

**Reunião do Fórum de Saúde.** Pauta: Crise na saúde, Encontro Popular de Saúde e Ato do dia Mundial da Saúde 01/3

**Ato Unificado dos Servidores Estaduais,** na Alerj 02/3

**Ato Dia Internacional da Mulher,** na Alerj 08/3

**Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde** - discussão da Rede Própria de Saúde do Estado do

RJ - Políticas de Recursos Humanos 15/3

**Reunião do Fórum de Saúde. Pauta:** Crise na saúde, Encontro Popular de Saúde e Ato do dia Mundial da Saúde 15/3

**Passeata dos Servidores Públicos ao Palácio da Guanabara** 16/3

**Reunião do Fórum de Saúde. Pauta:** Crise na saúde, Encontro Popular de Saúde e Ato do dia Mundial da Saúde 29/3

**Reunião de organização e avaliação política de nucleação** em 28/3

Participou da **plenária da frente de esquerda na UERJ,** dia 23/3



**Programa Caixa de Pandora** - no dia 14/3 entrevista, junto com o Desembargador Siro Darlan, para TV, como tema: Somos todos um Rio?

# Raio X do setor de registro e anuidade

**A** partir do ano de 2014, o CRESS-RJ iniciou um monitoramento mais atento dos dados do setor de registro e anuidade, visando saber exatamente quantas assistentes sociais inscritas no Conselho estavam com o registro ativo, quantas estavam inadimplentes e quantas haviam se formado na modalidade à distância. O levantamento desses números é fundamental para melhor subsidiar as ações do CRESS, tanto no âmbito administrativo quanto no político.

Administrativamente porque conhecer esses dados, como o aumento de 10.836 inscritos em um período de 10 anos, permite ao Conselho analisar e planejar o impacto desse crescimento em relação ao atendimento à categoria. Politicamente porque ter um conhecimento apurado da realidade é condição para ações políticas mais acertadas, seja junto às comissões temáticas e aos núcleos, seja em atividades mais amplas. Algo de grande valor também para as atividades de orientação e de fiscalização realizadas pela COFI por todo o estado.

Para a Comissão de Formação Profissional, por exemplo, é relevante saber que 1.097 profissionais inscritas no CRESS se formaram na modalidade a distância. "Esse dado é importante para refletirmos sobre o campo da formação em Serviço Social nos dias de hoje e subsidiar novas ações e discussões no CRESS, na ABEPSS e na ENESSO", afirma o conselheiro Nelson Félix, membro da Comissão de Inscrição.

Mais um dado que subsidia ações de outra comissão temática é o uso do nome social. Qualquer assistente social que possua uma identificação de gênero específica e independente do sexo de seu nascimento, tem o direito de usar seu nome social no exercício profissional. Das 16.504 profissionais ativas, pouquíssimas se identificam pelo nome social. "Esse é um dado que intriga a Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS). Será que a nossa categoria conhece de fato esse direito ou são outras questões mais complexas que estão por detrás disso?", questiona Nelson.

Outro dado muito sério e preocupante é a quantidade de profissionais inadimplentes. Atualmente o CRESS possui 3.893 profissionais que não estão em dia com suas anuidades, um tributo público pago por toda e qualquer profissão regulamentada. Nelson reforça que

**"Esses dados são fundamentais para subsidiar as ações tanto no âmbito"**

esse dado é importante porque representa um impacto financeiro para o Conselho. "A gente tenta dialogar com a categoria sobre a importância de estar em dia com o Conselho, uma vez que isso significa apoiar e contribuir com as ações políticas do CRESS, além de ser uma contribuição obrigatória, passível de cobrança judicial, conforme a Lei Federal nº 12.514/2011".

Ele reforça que esse é um dado político que se relaciona muito com a parte administrativa. "As pessoas são obrigadas a pagar a anuidade se estiverem inscritas e ativas. E essa anuidade, além de manter financeiramente o CRESS, possibilita que ele desempenhe sua função política, através da realização de eventos,

palestras, seminários, cursos e na produção de materiais de comunicação. A inadimplência de quase 24% da categoria é um dos fatores que acaba elevando o valor da anuidade".

Mas algumas profissionais têm a possibilidade de estarem isentas da anuidade. A partir de 60 anos, a isenção é automática para quem estiver adimplente. Caso contrário, é necessário pagar até que se fique em dia. Atualmente existem 3.702 profissionais isentos. Até 2015, assistentes sociais na condição de militar e sem outro vínculo institucional tinha isenção, por conta da interpretação de legislação específica deste espaço sócio-ocupacional.

No entanto, o CFESS aprovou e divulgou no ano passado um parecer jurídico entendendo que assistentes sociais na condição de militar também devem obedecer na íntegra a lei 8.662/93, que regulamenta a profissão. "Agora estando ou não na carreira militar, os direitos e deveres são os mesmos", complementa Nelson.

Os dados oriundos do setor de registro e anuidade são ricos em vários aspectos. E eles podem ter muita utilidade não apenas para o CRESS-RJ. Estudantes e pesquisadores interessados em conhecê-los mais a fundo basta entrar em contato com Conselho pelo e-mail [diretoria@cressrj.org.br](mailto:diretoria@cressrj.org.br). Dúvidas sobre seu registro e/ou anuidade ligar para: (21) 3147-8770.

**Profissionais inscritas: 26.674**

**Inscrições canceladas: 10.878**

**Profissionais com registro ativo: 16.504**

**Profissionais com isenção por idade: 3.702**

**Profissionais inadimplentes  
(anuidade integral ou parcial): 3.893**

**Profissionais com graduação  
na modalidade a distância: 1.097**